

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Província do Para

Class.: 36

Data: 18 de abril de 1980

Pg.: \_\_\_\_\_

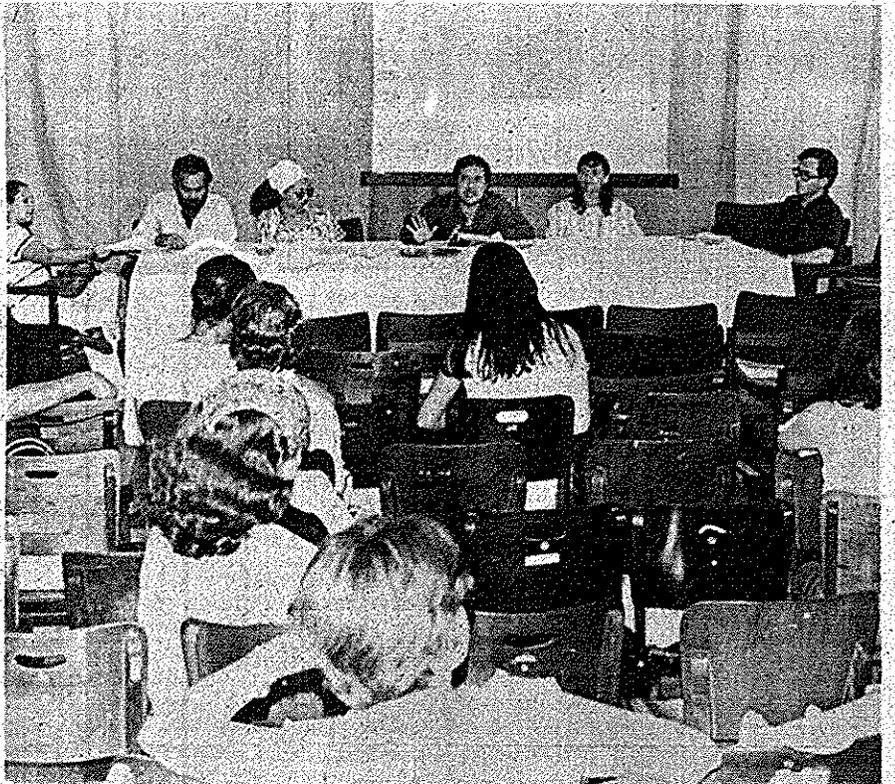
**CPT e Cimi criticam trabalho desenvolvido junto aos índios**

Dando continuidade a Semana do Índio, no prédio da Rocinha, no Museu Paraense "Emílio Goeldi", houve, ontem de manhã, as conferências da Comissão Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missionário, que divulgaram todo o trabalho que vem realizando juntamente às comunidades indígenas da Amazônia, dando-lhes condições de se autodeterminarem. As críticas ao governo, notadamente à Funai, e a poderes econômicos, não faltaram, esclarecendo os conferencistas como sendo "críticas construtivas, uma vez que a Funai é importante ao índio".

A mesa dos debates de ontem de manhã esteve composta por Ivete Herculano, coordenadora, Humberto Rocha Cunha e Izabel Cunha, pela Comissão Pastoral da Terra, e Rebeca e Nelo Ruffald, pelo Conselho Indigenista Missionário, e por Manoel Alexandre da Cunha, pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos — Comitê Paraense de Anistia.

Abrindo a cerimônia, por volta das 9 horas, usou da palavra Manoel Alexandre da Cunha, acrescentando que o índio não deve ser mais considerado através de uma relação romântica, notadamente verificada nos livros didáticos e por parte de funcionários da Funai e alguns que se dizem especialistas sobre o assunto. Segundo ele, o problema está ligado a sociedade que ainda detém um sistema de exploração para o qual estão subjugadas todas as camadas inferiores, das quais o índio faz parte.

"O índio é um problema do povo, de categoria inferior e, como outros, deve se autodeterminar", afirmava em seguida o representante do Comitê Paraense de Anistia. Em contrapartida, disse que "o



No Museu, prosseguem palestras alusivas à Semana do Índio

índio é tutelado pela Funai, um órgão criado para resolver contradições existentes no antigo Serviço de Proteção ao Índio. Por outro lado, é um órgão do Interior que tem jurisdição sobre outros órgãos de desenvolvimento que tem a ajudar as multinacionais que vão exterminar os índios. Portanto, a contradição ainda está presente".

Em todo o seu pronunciamento, Manoel Alexandre da Cunha fez várias críticas à Funai. Uma se referiu a lentidão dos processos para demarcação de terras indígenas, como a dos Parakanã que

inda está ameaçada de extinção pela Hidrelétrica de Tucuruí. Neste sentido, ele citou outras contradições existentes, como "a Aeronáutica, a maior que tira terra do povo é a mesma a exterminar o índio, obrigando-o a uma educação, pois as escolas estão plantando um de serviço. Com cursos realizados, os índios não se adaptam mais à aldeia e migram para as grandes cidades, onde vão se prostituir. Por outro lado, o Estado não garante a propriedade coletiva do índio, possuindo uma legislação dominadora que o índio tem que se ajustar".